

# CONCÍLIO VATICANO II: CONTINUIDADE E SINGULARIDADES

## VATICAN II: CONTINUITY AND SINGULARITIES

*José Oscar Beozzo*<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo analisamos o caminho de preparação do Concílio Vaticano II, destacando sua continuidade e singularidades.

**Palavras-chave:** Vaticano II. Singularidades. Continuidade. Caminhos.

**Abstract:** In this article we analyze the path of preparation of Vatican II Council, emphasizing its continuity and singularities.

**Keywords:** Vatican II. Singularities. Continuity. Paths.

\* \* \*

### 1. Anúncio

Não eram passados ainda cem dias da escolha de Giuseppe Roncalli para substituir o Papa Pio XII, a 28 de outubro de 1958, quando João XXIII surpreendeu o mundo todo, com o anúncio de um novo concílio.

Supunha-se que o papado daquele filho de camponeses, nascido no vilarejo de Soto il Monte, na diocese de Bergamo, no norte da Itália, eleito aos 76,9 anos de idade, seria apenas um pontificado de transição. Pensava-se que pouca coisa mudaria na Igreja, enquanto se aguardava outro Papa mais jovem que pudesse empreender a tão esperada reforma e adaptação da Igreja Católica ao mundo moderno. Esperavam dele que fizesse entrar nos trilhos a administração central da Igreja, desfalcada com a morte de muitos dos auxiliares mais diretos de Pio XII, a começar pelo secretário de Estado Maglione, falecido em 1944, sem que tivessem sido nomeados novos titulares à frente dos vários dicastérios deixados acéfalos. Com o declínio do vigor físico do Papa, seus repetidos achaques e prolongada enfermidade deixaram de ser cumpridas as audiências de tabela, pela qual os

---

<sup>1</sup> Coordenador do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular, CESEP. Professor de História da Evangelização na América Latina e no Caribe no Curso de Pós-Graduação em Missiologia do Instituto e Teologia de São Paulo, ITESP.

responsáveis pelos dicastérios eram recebidos em audiência privada e despachavam pessoalmente com o Papa os assuntos mais importantes de sua área. Naquela manhã de inverno de 25 de janeiro de 1959 fria, mas de sol radiante, depois de celebrar na Patriarcal Basílica de São Paulo Fora dos Muros a missa da festa da conversão do apóstolo Paulo e de encerramento da Semana de Orações pela unidade dos cristãos, o Papa João XXIII reuniu em Consistório reduzido número de cardeais, 17 ao todo, na sala capitular do vizinho mosteiro beneditino. O que parecia um discurso de ocasião ganhou a manchete dos principais jornais mundo afora, quando o Papa anunciou a convocação de um Concílio geral para toda a Igreja, de um Sínodo para a Diocese de Roma e a futura reforma do Código de Direito Canônico. O anúncio do Concílio provocou excitação e grandes indagações. Deixou perplexos os cardeais presentes, mas levantou na opinião pública mundial, católica e laica, uma imediata onda de esperança e otimismo pelo seu anunciado propósito de buscar, num mundo dilacerado por divisões políticas e religiosas, a unidade dos cristãos e, num horizonte mais amplo, a unidade de toda a família humana. A discreta e lacônica nota publicada na primeira página do jornal do Vaticano, o *Osservatore Romano*, registrava: “O Concílio ecumênico, segundo o pensamento do Santo Padre não somente tende à edificação do povo cristão, mas também quer ser um convite às comunidades separadas para a busca da unidade pela qual hoje em dia tantas almas anseiam em todos os pontos da terra” (OR, 26-27 jan. 1959, p. 1).

Além do concílio em si, foi seu propósito ecumênico o que mais chamou a atenção da opinião mundial e desatou especulações. Uma palavra, “aggiornamento”, capturou paradoxalmente a proposta de fundo de João XXIII. Essa palavra italiana que significa “colocar-se em dia”, “atualizar-se” entrou para o vocabulário de muitas outras línguas ao redor do mundo. Paradoxalmente, porque muita coisa em João XXIII transpirava o mundo católico tradicional. Novas eram muitas de suas atitudes, em que combinava coragem com bondade, gestos audaciosos, sob uma forma por vezes antiga e pacata. Para alguns, com o anúncio do Concílio, a Igreja Católica estava saindo da “segurança das trincheiras e baluartes, em que se fechara, para o campo aberto e para o fascínio da busca”. Outros sentiam que, com a convocação, tornava-se viva e atual a esperança do evangelho e seu otimismo. João XXIII descreveu sua decisão como “um gesto de tranquila audácia” que transparecia em suas palavras aos cardeais: “Pronuncio perante vós, por certo tremendo um

pouco de emoção, mas ao mesmo tempo com humilde resolução de propósito, o nome e a proposta de duas celebrações: um Sínodo diocesano para a Urbe (a cidade de Roma) e um Concílio geral para a Igreja universal” (KLOPPENBURG I, 1962, 38). Muitos teólogos, especialmente os da escola romana consideravam que, depois do Vaticano I, que concentrara tanto poder nas mãos do Romano Pontífice, novos concílios seriam dispensáveis, podendo o papa tudo resolver solitariamente. Em contraste, com o Sínodo diocesano, pelo qual o Papa revelava sua preocupação com a Igreja particular de Roma, da qual era o Bispo, com o Concílio, explicitava sua solicitude pela Igreja universal, da qual era o “pastor bonus”, o bom pastor. Para ambas as situações, propunha remédios tradicionais na vida da Igreja: um Sínodo diocesano e um Concílio universal. As duas iniciativas supunham uma visão colegiada das responsabilidades pastorais do Bispo e do Papa. Todo o corpo cristão, leigos e leigas, sacerdotes, religiosos e religiosas, era chamado a participar, de diferentes maneiras, e a colaborar ativamente na vida da Igreja e na busca de soluções para os problemas existentes.

Outra marca inovadora do Concílio convocado pelo Papa era o seu caráter “pastoral”. Nenhuma grande divisão ou heresia ameaçava a Igreja, nem queria o Papa condenar erros ou pessoas, mas sim buscar, pelo diálogo, remédios pastorais para as aflições e indagações dos fiéis e da humanidade. Pode-se compreender, neste sentido, sua decisão de não prosseguir com o Vaticano I, que fora suspenso a 20 de setembro de 1870, pela tomada de Roma pelas tropas de Garibaldi e nunca oficialmente encerrado, e de denominar Vaticano II, o novo Concílio (15-7-1962). Indicava, assim, continuidade, pelo uso do mesmo nome, e descontinuidade no espírito e nos propósitos, pela numeração diferente. Comparando os anteriores concílios com aquele que estava convocando, João XXIII o via inserido na longa série dos anteriores 20 concílios ecumênicos, mas com características e rosto muito próprios. Dizia o Papa (JOÃO XXIII, 14-11-1960, KLOPPENBURG I, 1962, p. 62-63):

Os Concílios ecumênicos no passado responderam, sobretudo, a preocupações de ordem doutrinária, [...] à medida que heresias e erros tentavam penetrar a Igreja antiga, no Oriente e no Ocidente. [...] Na época moderna, num mundo de fisionomia profundamente mudada [...], mais do que de tal ou qual ponto de doutrina ou de disciplina que será preciso reconduzir às fontes puras da Revelação e da Tradição, trata-se de repor

em valor e em toda a sua luz a substância do pensamento e da vida humana e cristã, de que a Igreja é depositária e mestra pelos séculos.

Rememoramos em breves pinceladas o caminho de preparação do Concílio.

## **2. Do anúncio à comissão antepreparatória**

Passados o entusiasmo inicial, as perplexidades e especulações, que se seguiram ao anúncio do Concílio, ninguém sabia quais seriam os passos seguintes, tanto mais que as energias em Roma estavam voltadas para a preparação e realização do Sínodo diocesano (24 a 31/1/1960) que, de resto, não alcançou grandes resultados. Só o Papa, em suas alocações e discursos, continuava a manter viva a proposta do Concílio.

As coisas mudaram, porém, com a alocução de João XXIII, na festa de Pentecostes 17 de maio, de 1959 e a constituição, neste mesmo dia, da Comissão Ante-preparatória, sob a direção do Cardeal Secretário de Estado, Domenico Tardini (AD, Series I, V.I, 24-26). A Comissão foi encarregada de consultar o episcopado católico em todas as nações do mundo, recolhendo seus conselhos e sugestões para o Concílio. Devia fazer o mesmo com os dicastérios da Cúria Romana, com as Faculdades de Teologia e Direito Canônico, com as Universidades Católicas e com os Superiores Maiores das Ordens e Congregações Religiosas masculinas. Deveria, enfim, sugerir a composição dos diversos organismos do Concílio: comissões, secretariados etc. que iriam assumir a preparação do evento conciliar.

### **2.1 A consulta e as respostas do episcopado brasileiro**

A comissão preparou um longo e minucioso questionário acerca do estado da Igreja Católica a ser submetido aos bispos, em vistas ao Concílio. João XXIII não gostou, pois o questionário parecia direcionar previamente o rumo das respostas, além de ser extenso e minucioso. Preferiu, então, uma carta simples e enxuta, enviada pelo Cardeal Tardini. Por ela convidava-se os bispos, para, com toda liberdade, exprimirem seus anseios e sugestões:

O augusto Pontífice, em primeiro lugar, deseja conhecer opiniões e pareceres e recolher conselhos e *vota* dos Exmos. bispos e prelados que são chamados de direito a participar do Concílio Ecumênico (cân. 223):

de fato sua Santidade atribui a maior importância aos pareceres, conselhos e *vota* dos futuros Padres conciliares; o que será muito útil na preparação dos temas para o Concílio. [...] Esses temas poderão dizer respeito a alguns pontos de doutrina, disciplina do clero e do povo cristão, a múltipla atividade que empenha toda a Igreja, os problemas de maior importância que essa deve enfrentar hoje, e toda outra coisa que V. Excia. julgar oportuno apresentar e desenvolver (DOC XI , AD Series I, V.I, pp. 22-23).

No conjunto, foram consultados 2594 membros da hierarquia, 156 superiores maiores de ordens e congregações, 62 institutos superiores de teologia, 32 universidades católicas, num total de 2812 consultas. As respostas alcançaram 76.4% do total dos consultados. (G. CAPRILE, LTK 1968, 625-626).

João XXIII, falando aos Cardeais em 30 de maio de 1960, assim descreveu o resultado da consulta:

As respostas, depois de algum tempo, começaram a afluir com ritmo sempre crescente, e chegou-se a percentagens altíssimas, que em alguns casos atingem a quase totalidade dos interpelados. Até agora, contam-se com mais de 2.000 respostas. Elas foram examinadas com muita diligência, e cuidadosamente resumidas e fichadas segundo a matéria e o assunto. [...] Após esta primeira análise procedeu-se à elaboração dos Relatórios Sintéticos Nacionais. Para cada Nação, foram indicados os relativos dados estatísticos, alguns relevos gerais, que lhes caracterizam a orientação, e os assuntos de maior importância. Depois, foi compilada uma Síntese final, que salienta os assuntos sobre os quais se deteve, em particular, a atenção do episcopado (KLOPPENBURG I, 1962, p. 50).

Dos 167 bispos e preladados do Brasil que receberam a carta de consulta, 132, pessoal ou coletivamente, responderam, ou seja 79% do conjunto, uma média um pouco mais alta do que a mundial de 76,4% (ADA I/Indices, p. 209). As respostas dos bispos brasileiros ocupam 216 páginas do volume *II, Pars VII*, das *Acta et Documenta*, indo da página 127 à 343 do tomo VII.

Dentre as respostas brasileiras, merecem destaque pelo seu contraste, a do secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Dom Helder Camara e a de Dom Geraldo Proença Sigaud, na época, bispo de Jacarezinho, PR. Dom Sigaud, que depois foi nomeado arcebispo de Diamantina, MG, tornou-se, no Concílio, secretário do *Coetus Internationalis Patrum*, organismo que reuniu os bispos mais conservadores que fizeram parte da que ficou conhecida como “minoría conciliar”. Sigaud fez uma longa lista

dos erros modernos, no campo doutrinal ou sócio-político, pedindo veementemente a sua condenação e a repressão nos seminários, universidades e editoras católicas daqueles que eram suspeitos de propagá-los. Dom Helder expressou o desejo de uma grande renovação da Igreja Católica em que esta se voltasse para os mais pobres e se empenhasse ao seu lado na luta contra a pobreza e o subdesenvolvimento. Pedia ainda que a Igreja se abrisse ao diálogo com o mundo moderno, em todos os campos, da técnica à ciência, das artes à literatura.

A maioria dos bispos, pouco acostumada a ser consultada por Roma, limitou-se a desejar bom êxito ao Concílio ou a solicitar pequenas mudanças no Código de Direito Canônico, na Liturgia ou na disciplina eclesiástica. Não faltaram, entretanto, os que pediam a língua vulgar nas celebrações, maior atenção aos pobres e empenho da Igreja no campo social (G. BARAUNA, in J. O. BEOZZO, 1993, p. 146-177).

### **3. A fase preparatória**

João XXIII noticiou, a 5 de junho de 1960, o encerramento dos trabalhos da fase ante-preparatória e com o Motu Proprio *Superno Dei Nutu* (ADA I/1, KLOPPENBURG I, 1962, p. 54-57) deu início à fase preparatória, criando as comissões e os secretariados que deviam se ocupar da preparação imediata do Concílio: Comissão Teológica, Comissão dos Bispos e governo das dioceses; Comissão para a disciplina do clero e do povo cristão; Comissão dos Religiosos; Comissão da disciplina dos Sacramentos; Comissão da Sagrada Liturgia; Comissão dos Estudos e dos Seminários; Comissão da Igreja Oriental; Comissão das Missões; Comissão do Apostolado dos leigos. Dentre os Secretariados, um ficou encarregado dos meios de comunicação social, outro das questões econômicas e um terceiro do diálogo com as comunidades e igrejas cristãs separadas da comunhão católica romana, o Secretariado para a União dos Cristãos, confiado ao Cardeal jesuíta, Agostinho Bea. Foi instituída ainda uma Comissão Central, presidida pelo Papa e, na sua ausência, pelo Secretário de Estado e integrada pelos presidentes das demais comissões, alguns outros Cardeais e também alguns Bispos das diversas partes do mundo. A esta Comissão competia coordenar todos os trabalhos, estabelecer a agenda dos assuntos a serem tratados no Concílio e estabelecer as normas e regulamentos para o seu funcionamento.

O modelo adotado trouxe vantagens, mas provocou também alguns problemas. O ganho principal foi conseguir que a Cúria romana, até então arredia, se envolvesse na preparação conciliar, pois aos Cardeais Prefeitos dos diferentes dicastérios foi confiada a presidência de cada uma das dez Comissões que correspondiam, simetricamente, quanto à temática, a estes mesmos organismos. A Comissão Teológica, por exemplo, ficou em mãos do Santo Ofício e era dirigida pelo todo poderoso e temido Cardeal Alfredo Ottaviani. Esta decisão condicionou todo o trabalho preparatório, que ficou quase que por inteiro submetido ao controle da Cúria Romana. Por outro lado, teólogos que haviam sido condenados ou censurados pelo Santo Ofício, como Yves Congar, OP, ou Henri de Lubac, SJ, foram chamados por João XXIII, para serem consultores da Comissão Teológica e depois peritos conciliares.

As comissões trabalharam arduamente nos meses seguintes à sua formação, debruçando-se sobre a ingente matéria recolhida em todo o mundo e organizada em quinze grandes tomos. Devagar, começaram a tomar forma as propostas de esquemas a serem submetidos à Comissão Central e depois ao Concílio (ADA, 1961-1962).

As Comissões operavam, entretanto, em compartimentos estanques, umas não tendo notícia sobre o que as outras preparavam e proibidas de intercambiarem entre si os textos que iam elaborando. Este tipo de procedimento, que priorizou o segredo e o isolamento entre as comissões, conduziu a resultados paradoxais. Em que pese o trabalho da Comissão Central, encarregada de tudo coordenar, examinar e aprovar, esta não conseguiu impedir a desarticulação do trabalho preparatório, problema logo detectado na Aula conciliar. A primeira consequência foi a superposição de esquemas que tocavam o mesmo tema, acarretando incongruências e perda de tempo. O tema da unidade dos cristãos constituía o capítulo XI do esquema sobre a Igreja preparado pela Comissão Teológica. A Comissão das Igrejas Orientais elaborou um segundo esquema voltado exclusivamente para as relações entre a Igreja católica e as Igrejas orientais não em plena comunhão com a Sé Romana e, finalmente, o Secretariado para a União dos Cristãos redigiu um terceiro esquema, em que eram enunciados os princípios gerais do ecumenismo e se tratava mais das relações com as Igrejas saídas da Reforma e com o Anglicanismo. Ao ser colocado em discussão na Aula Conciliar, na XXVIII Congregação Geral (27-11-1962), o esquema sobre a Unidade da Igreja preparado pela Comissão das Igrejas Orientais, a Assembleia logo decidiu, por 2061

votos favoráveis, 36 contrários e 8 nulos, que os três esquemas fossem fundidos num só, sob a responsabilidade do Secretariado para a União dos Cristãos, criado exatamente com a finalidade precípua de ocupar-se do diálogo ecumênico (AS I/1, 140; KLOPPENBURG I, 212 ss.; CAPRILE II, 215-226).

A questão, entretanto, era muito mais geral e profunda. Houve uma dissociação entre o Concílio sonhado por João XXIII e os esquemas elaborados pelas Comissões sob a supervisão da Cúria; um desencontro entre o sentir dos bispos, envolvidos no dia a dia da pastoral e certo alheamento da realidade e autossuficiência dos funcionários encarregados da administração central da Igreja. O resultado foi que apenas o esquema da Liturgia serviu de base para os trabalhos conciliares. Os outros 70 esquemas preparatórios foram ou rejeitados ou inteiramente refeitos durante a primeira intercessão e reduzidos a 17, posteriormente a 16, com a inclusão do esquema da Beata Virgem Maria, como capítulo VIII da *Lumen Gentium*.

Outro problema que afetou as comissões foi sua composição. Num primeiro relance, tem-se a impressão de que o desejo de João XXIII de que o conjunto da Igreja Católica, - geográfica, cultural e teologicamente, na diversidade de suas escolas e tendências -, estivesse envolvido na preparação, fora cumprido. Na realidade, porém, isto não aconteceu de todo. Não se pode negar a grande diversidade geográfica e canônica dos 846 integrantes dos organismos preparatórios, divididos entre membros (466) e consultores (380).

Geograficamente, repartindo-se estas pessoas por local de trabalho, o resultado é o seguinte:

<b>Continente</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Europa:	636	75.09%
Estados Unidos: 52 + Canadá: 22 =	74	8.77%
América Latina:	52	6.13%
Ásia:	52	6.13%
África:	21	2.48%
Oceania:	11	1.29%
TOTAL :	847	100.00%

O quadro não deixa dúvidas quanto ao peso excepcional dos europeus no processo de preparação. Ocupam  $\frac{3}{4}$  das posições, ficando os 25% restantes para os demais continentes. Dentro da Europa, a Cidade do Vaticano (319) e a Itália (72) somados (391) perfazem 61% dos integrantes das comissões. Certos países europeus ganharam uma representação importante em relação aos países dos outros continentes: França (62); Alemanha (50); Espanha (33); Bélgica (18); Grã-Bretanha (16), Holanda e Áustria, 11 cada um. É minguada a representação latino-americana (6,13%) e muito mais ainda a africana (2,48%) e a da Oceania (1,29%). A Ásia, com um número quatro vezes menor de católicos em relação à América Latina, igualava a sua representação (6,13%).

### 3.1 Meios de comunicação social, laicato e mulheres

Um problema que continuou atormentando o próprio Concílio, em que pese a sensível melhoria conseguida à força de muitos protestos da imprensa mundial, foi o manto de estrito segredo que envolveu a sua preparação.

O segredo fez com que a opinião pública, e mesmo o episcopado mundial, ficassem à margem do processo. Enviados os seus *vota*, os bispos esperaram, em vão, algum tipo de retorno acerca dos resultados. Nunca chegaram a saber quais foram as grandes questões, tendências e interrogações que esta ampla sondagem havia revelado, pois todas as respostas dos bispos, dicastérios e universidades permaneceram debaixo de estrito segredo pontifício durante toda a etapa preparatória e mesmo durante a fase conciliar.

Outro senão que salta à vista é o restritíssimo número de leigos presentes entre os membros e consultores:

Sete leigos serviam no secretariado administrativo, mas em todas as Comissões que prepararam textos para o concílio havia apenas um leigo, F. Vito, que servia na ST [Comissão de Estudos e Seminários]. De fato, apesar dos esforços de seu presidente e secretário, nenhum leigo foi nomeado sequer para o Apostolado dos Leigos, a comissão criada para discutir seu apostolado. Muitas das associações nacionais e internacionais de leigos apresentaram, porém, seus *vota* e foram representadas na AL por sacerdotes há muito tempo associados a seu trabalho (G. TURBANTI, in G. ALBERIGO e A. MELLONI, 1993, p. 212-218).

Nenhuma mulher, religiosa ou leiga esteve, entretanto, diretamente envolvida na preparação do concílio. Só com a instauração das “auditrices” puderam participar do III e IV períodos conciliares (1964-1965) (M. PERRONI, A. MELLONI, S. NOCETTI, 2012).

### **3.2 Presença brasileira na preparação do concílio**

Ao se recuperar a memória da participação brasileira nesta etapa preparatória do Concílio, verifica-se que foi muito parca. Esteve reduzida a um punhado de bispos e teólogos, que não chegam a cobrir as várias comissões e secretariados.

Sobre as 846 pessoas - 466 membros e 380 consultores -, havia somente 10 brasileiros: 4 sobre 466, como membros (0.85%), e 6 sobre 380, como consultores (1.57%). No conjunto, a participação brasileira alcança pouco mais do que 1% (1.18%). São estes os bispos e teólogos brasileiros envolvidos como membros (4) e consultores (6) das Comissões:

*Membros:* D. Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, RJ, na Comissão Central e, dentro desta, na Subcomissão do Regulamento; D. Alfredo Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, RS, na Comissão Teológica; D. Antônio Alves de Siqueira, arcebispo auxiliar de São Paulo, SP, na Comissão da Disciplina dos Sacramentos; Mons. Joaquim Nabuco da Arquidiocese do Rio de Janeiro, na Comissão Litúrgica;

*Consultores:* D. Helder Pessoa Câmara, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, RJ, na Comissão dos Bispos e do Governo das Dioceses; D. Geraldo Fernandes Bijos, bispo de Londrina, PR, na Comissão dos Bispos e do Governo das Dioceses; D. Afonso M. Ungarelli, prelado *nullius* de Pinheiro, MA, na Comissão da Disciplina dos Sacramentos; Frei Boaventura Kloppenburg, OFM, na Comissão Teológica; Pe. Estevão Bentia, na Comissão das Igrejas Orientais. D. José Vicente Távora, bispo de Aracaju, SE, no Secretariado da Imprensa e do Espetáculo.

Não havia ninguém do Brasil nas seguintes comissões: Religiosos, Estudos e Seminários; Missões; Apostolado dos leigos, Cerimonial e nem no Secretariado para a União dos Cristãos e no Secretariado Administrativo.

Frei Boaventura Kloppenburg foi assíduo às sessões de trabalho de sua comissão, a Teológica. Deixou um registro acurado sobre o funcionamento da Comissão Teológica e de sua participação numa das subcomissões, assim como um dos poucos relatos existentes sobre a fase preparatória, que foi publicado como primeiro volume de sua Crônica, em cinco tomos, sobre o Concílio Vaticano II, editada pelas Vozes de Petrópolis (1962-1966).

A fase preparatória do Concílio encerrou-se com a sétima e última sessão plenária da Comissão Central, composta por 74 membros que aconteceu de 12 a 20 de junho de 1962. As anteriores reuniões da Comissão Central, da qual fazia parte o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, tiveram lugar nas seguintes datas prolongando-se sempre por vários dias: 1/6 (1<sup>a</sup>.); 7/11 (2<sup>a</sup>) de 1961 e as demais em 1962: 15/1 (3<sup>a</sup>.); 20/2 (4<sup>a</sup>.); 26/3 (5<sup>a</sup>.) e 3/5 (6<sup>a</sup>.). Dos trabalhos preparatórios, resultaram 70 esquemas impressos em 119 opúsculos que somaram 2060 páginas. A 13 de julho, João XXIII autorizou o envio aos padres conciliares dos 7 primeiros esquemas, entre os quais os da Liturgia, Fontes da Revelação, Meios de Comunicação social e Unidade da Igreja: “ut omnes unum sint”.

Todo este material, anteriormente resguardado pelo segredo pontifício, já se encontra publicado e acessível ao público, por ordem de Paulo VI dentro do conjunto das Atas e Documentos preparatórios ao Concílio sob os cuidados do Arquivo do Concílio Vaticano II, em Roma. O todo compreende duas séries: a primeira consagrada à etapa antepreparatória que cobre os anos de 1959 e 1960: o volume I com as Atas de João XXIII; o II, com os votos e conselhos dos Bispos em oito tomos; um Apêndice ao volume II, com as sínteses por países e por temas, em dois tomos; o III, com as propostas dos dicastérios da Cúria Romana; o IV com os estudos e votos das Faculdades Eclesiásticas e Universidades Católicas, em dois tomos, um relativo às Universidades sediadas em Roma, dividido em duas partes e o outro às espalhadas pelo orbe católico; o V com os Índices, num total de 15 tomos. A segunda série relativa à fase preparatória abrange os dois anos seguintes, de junho de 1960 à abertura do Concílio a 11 de outubro de 1962: volume I, Atas de João XXIII; II, Atas da Comissão Central em 4 tomos; III, Atas das Comissões e Secretariados em dois tomos; IV, Atas das Subcomissões da Comissão Central em três diferentes tomos, num total de 9 tomos.

### **3.3 O secretariado para a união dos cristãos: a grande novidade**

Uma iniciativa de João XXIII cristalizou os melhores propósitos e sonhos do Concílio, o Secretariado para a União dos Cristãos (hoje PCPUC - Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos), criado a 5 de junho de 1960 e colocado sob a responsabilidade do Cardeal Agostinho Bea, um jesuíta alemão, internacionalmente respeitado pelos seus estudos exegéticos, que fora reitor do Instituto Bíblico de Roma e confessor de Pio XII (SCHMIDT, 1987). Estrutura de contatos e diálogo com as demais igrejas cristãs, logo nos primeiros dias, o Secretariado precisou acolher a demanda de Jules Isaac, fundador do grupo *Amitiés Judeo-Chrétiennes*, um judeu francês, encaminhado pelo Papa ao Cardeal Bea e acrescentar internamente uma seção: a *Comissão para as relações religiosas com o Judaísmo* (BEA, 1966). O Secretariado foi a porta de entrada para todos e todas que buscavam um espaço de entendimento com a Igreja Católica e semente para a posterior criação por Paulo VI de um Secretariado para as Religiões não cristãs (19/5/1964), hoje Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, e de outro, para os Não-Crentes (9/4/1965), hoje, Pontifício Conselho da Cultura.

Bea e o Secretariado estabeleceram imediato contato com o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e os responsáveis maiores das antigas Igrejas Orientais, das Igrejas Ortodoxas, das Igrejas saídas da Reforma Protestante, do Anglicanismo, dos Vetero-Católicos e dos Pentecostais, que, depois de intensas consultas, aceitaram o convite para comparecerem como “observadores” ao Concílio. A 24 de setembro de 1961, entretanto, abriu-se em Rhodes a I Conferência Panortodoxa, que decidiu declinar o convite para participar com observadores no futuro Concílio Ecumênico. Por outro lado, 5 delegados católicos compareceram por primeira vez, a uma Assembleia Geral do Conselho Mundial de Igrejas, a III, reunida em Nova Délhi, na Índia (18/11 a 6/12/1961), quebrando, assim, a reiterada recusa da Igreja Católica de reunir-se com outras igrejas cristãs ao interior do moderno movimento ecumênico (VELATI, 1996).

### 3.4 O concílio se aproxima

Com a Bula de indicação do Concílio, *Humanae Salutis*, no Natal de 1961, João XXIII acelerou o ritmo da preparação e tomou as medidas mais imediatas para sua realização (ADP II/1, p. 132-143). Com o Motu próprio *Consilium diu* de 2/2/1962, fixou a data de abertura do Concílio para o dia 11/10/1962, festa de Maria, Mãe de Deus. A 15/4/1962, na carta pessoal, *Omnes sane*, convocou todos os bispos para o Concílio (ADP II/1, p. 213-218). Seguiu-se a Carta Apostólica, *Oecumenicum Concilium*, por ocasião da Páscoa de 1962 (ADP II/1, p. 224-229) e a encíclica *Poenitentiam agere* de 1/7/1962, dirigida, aos sacerdotes, seminaristas, religiosos e religiosas, convidando-os à conversão e à oração, em vistas do Concílio (ADP II/1, p. 275-283); a Carta Apostólica “*Appropinquante Concilio*”, de 6/8/1962, em que são estabelecidas as normas para a celebração do Concílio, ou seja, o seu Regulamento (ADP II/1, p. 306-325) e o importantíssimo *Nuntius Radiophonicus, Ecclesia Christi Lumen Gentium*, a apenas um mês da abertura do Concílio, a 11/9/1962 (ADP II/1, p. 348-354). Nesta mensagem radiofônica, João XXIII, depois de relembrar sua recente encíclica *Mater et Magistra* (12/5/1961), aponta como ponto luminoso na caminhada recente da Igreja Católica: “Em face dos países subdesenvolvidos, a Igreja apresenta-se – tal qual é e quer ser – como a Igreja de todos e particularmente a Igreja dos pobres” (ADP II/1, p. 301).

Antecipa assim, um dos eixos em torno do qual os povos da África, Ásia e América Latina se sentirão tocados pelo Concílio e quase antevê todo o movimento que se criou em torno da “Igreja dos Pobres” e que desembocará no Pacto das Catacumbas (16/11/1965) (DOMEZI, 2013).

João XXIII sela o processo de preparação com a inesperada decisão de dirigir-se no dia 4 de outubro, em peregrinação ao túmulo de São Francisco de Assis, padroeiro da Itália e ao Santuário de Nossa Senhora de Loreto, para rezar pelo Concílio. Causou sensação e arrastou multidões ao longo do seu percurso em trem. Era a primeira vez que um Papa deixava a cidade de Roma, desde a sua tomada pelas tropas de Garibaldi a 20 de setembro de 1870.

Espiritual e materialmente, com os bispos, os observadores convidados e delegações de muitos países chegando a Roma, vindos de todas as partes do mundo, tudo estava pronto

para a abertura do Concílio, como anota João XXIII no seu diário: “Depois de três anos de preparação, por certo laboriosa, mas também feliz e tranquila, eis-nos, agora, ao sopé da santa montanha” (JOÃO XXIII, 1987, p. 764).

#### **4. Considerações Finais**

A dinâmica conciliar não seria compreensível sem o crescente envolvimento das igrejas locais e da opinião pública nacional e mundial no seu desenrolar, por meio de jornais, revistas, rádios e de modo especial a televisão que transmitiu ao vivo muitos dos seus eventos em cadeia mundial; sem aquilatar o papel crucial desempenhado por grupos informais, como o Ecumênico que reunia semanalmente responsáveis das conferências episcopais (GROOTAERS, 1998, p. 129-166); o da Igreja dos Pobres que exerceu duradouro papel de consciência crítica e sopro espiritual, o do Coetus Internationalis Patrum que articulou a minoria conciliar (CALDEIRA, 2011); o dos superiores religiosos, o dos bispos missionários, o dos bispos religiosos, sem esquecer-se de centros de debates, conferências e difusão de estudos e documentos, como o DOC do episcopado holandês, a Igreja São Luís dos Franceses para o episcopado francês, o ROC dos grupos mais conservadores ou ainda colégios e casas religiosas que hospedaram os bispos ou grupos de trabalho, como o Colégio belga onde atuava a “Squadra belga” (PRIGNON, 2003); a Domus Mariae, onde se hospedavam os bispos brasileiros, onde se reunia o “Ecumênico” e onde aconteceram as célebres Conferências da Domus Mariae (BEOZZO, 2005, p. 163-168; p.195-219); o número 14 da Via della Chiesa, onde se reunia a “Oficina bolonhesa”.

O Concílio ganhou também o rosto de personagens de primeira plana: os papas João XXIII (ALBERIGO, 2009) e Paulo VI (HEBBLEWAITH, 1993); os porta vozes, de algum modo, da maioria conciliar na figura de Suenens, da minoria na pessoa de Ottaviani e do Oriente cristão na de Maximos IV ou dos intransigentes e depois dissidentes, na de Marcel Lefèbvre e Castro Mayer; do Cardeal Bea, de Willebrands e De Smedt nas relações ecumênicas e König nas interreligiosas; de bispos articuladores como Helder Camara, Manoel Larrain, Roger Etcheagaray; de teólogos como Yves Congar, OP, Edward Schillebeeckx, OP, Henri de Lubac, SJ, Karl Rahner, SJ, Hans Küng, Joseph Ratzinger, Bernard Häring, CSSR, Murphy, Dossetti e G. Philipps, principal redator da Lumen

Gentium; de observadores como Oscar Cullman, Roger Schutz da comunidade de Taizé e Miguez Bonino, metodista argentino, para a América Latina; de auditores como Jean Guitton da Academia Francesa de Letras e Auguste Vanistendael da Confederação Internacional dos Sindicatos Católicos e de auditoras como a Madre Mary Luke Tobin, SL, dos Estados Unidos. O Concílio foi o resultado da ação do Espírito Santo e do trabalho por vezes silencioso e obscuro de milhares de pessoas que colocaram seu grão de areia dentro e fora da Aula conciliar, para que chegasse a bom termo e desse frutos, ao longo dos nos seis anos que mediaram entre seu anúncio em janeiro de 1959 e seu término em dezembro de 1965. Desempenharam papel crucial jornalistas que acompanharam o dia-a-dia do concílio e o transmitiram a seus leitores e aos próprios bispos eventos, debates, opiniões e os bastidores da gesta conciliar. Entre eles, cabe lembrar Henri Fesquet do jornal *Le Monde* (FESQUET, 1966) e Antoine Wenger do jornal *La Croix de Paris* (WENGER, 1963-1966); Ranieri La Valle (LA VALLE R, 1964, 1965, 1966) e Giancarlo Zizola do *Avvenire d'Italia*; R. Wiltgen do *Centro Verbo Divino*; Ettore Massina na RAI italiana.

Damos abaixo alguns quadros sintéticos acerca da presença e participação dos bispos brasileiros nos quatro períodos conciliares (1); Distribuição das intervenções orais, por continentes (2); das intervenções na Aula Conciliar ou por escrito dos bispos brasileiros (3). Acrescentamos ainda panorama dos documentos aprovados no Concílio, nos diferentes períodos (4).

(1) VARIAÇÃO NÚMERICA E PARTICIPAÇÃO DO EPISCOPADO BRASILEIRO FASE ANTEPREPARATÓRIA E SESSÕES CONCILIARES

Ano	Sessão	Bispos	Var: + / -	Índice	Presença	Var.: +/-	Índice	% total
1959	Vota	175		100	133		100	<b>76</b>
1962	1a	204	+ 29	117	173	+ 40	130	<b>84,8</b>
1963	2a	220	+ 16	126	183	+ 10	138	<b>83,2</b>
1964	3a	221	+ 1	127	167	- 16	126	<b>75,5</b>
1965	4a	227 (229)	+ 6 (8)	132	192 (194)	+ 25 (27)	145 (147)	<b>84,6 (84,7)</b>
<b>Total</b>			<b>+ 52 (54)</b>			<b>+ 59 (61)</b>		

Na consulta de junho de 1959, havia no Brasil, 175 bispos e, ao final do Concílio, 229. O golpe militar de 1964 freou a participação brasileira (75,5%), que só se recupera em 1965 (84,7%). Fica, entretanto, um pouco abaixo do percentual alçando em 1962 (84,8%).

(2) QUADRO GERAL DAS INTERVENÇÕES COLETIVAS E INDIVIDUAIS, ORAIS OU ESCRITAS DO EPISCOPADO BRASILEIRO

INTERVENÇÕES	COLETIVAS		INDIVIDUAIS		TOTAL	
ORAIS	25	39,70%	38	60,30%	63	100 %
ESCRITAS	62	24,90%	187	75,10%	249	100 %
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>27,90%</b>	<b>225</b>	<b>72,10%</b>	<b>312</b>	<b>100 %</b>

Por esse quadro, pode-se constatar o elevado número de intervenções coletivas do episcopado brasileiro, quase 2/5 (39,70%) do total, ficando 3/5 para as intervenções individuais (60,30%). A distribuição reflete a forma articulada como a CNBB procedeu durante o Concílio, discutindo previamente os temas e propondo, por intermédio de sua comissão teológica, projetos de intervenção ao qual podiam os bispos livremente subscrever, obtendo inclusive adesões de bispos de outros países. Por outro lado, nas intervenções depositadas por escrito, predominam as individuais (75,10%).

(3) PADRES CONCILIARES E INTERVENÇÕES ORAIS POR CONTINENTE

Continentes	Padres	%	Int.	%		Padres	%	Int.	%
África	62	8,92	163	7,30	Ásia	102	14,68	294	13,16
América Norte.	74	10,64	213	9,53	Europa	363	52,23	1.330	59,54
América Central	9	1,30	19	0,85	Oceania	8	1,15	16	0,71
América do Sul [Brasil]	77 [19]	11,08 [2,73]	199 [63]	8,91 [2,86]	<b>TOTAL</b>	<b>695</b>	<b>100,00</b>	<b>2.234</b>	<b>100,0</b>

O quadro acima permite constatar em relação às 695 intervenções na Aula conciliar, a preponderância dos padres da Europa (59,54%). Ásia, onde predominavam bispos missionários europeus, vem logo em seguida (13,16%), acompanhada pela América do Norte (9,53%), América do Sul (8,91%) e África (7,30%). Do Brasil, falaram apenas 19 bispos dentre os mais de 200 que participaram do Concílio, somando 64 intervenções (2,68%).

(4) DOCUMENTOS CONCILIARES SEGUNDO SEU CARÁTER E DATAÇÃO

DATA	CONSTITUIÇÕES	DECRETOS	DECLARAÇÕES	OUTROS
<b>1ª. PERÍODO: 11 outubro a 08 de dezembro de 1962: 00 documentos</b>				
11-10 20-10				Discurso inaugural João XXIII: <i>Gaudet Mater Ecclesia</i> Mensagem ao Mundo
<b>2º. PERÍODO: 29 de setembro a 04 de dezembro: 02 documentos</b>				
04-12	SC	IM		
<b>3º. PERÍODO: 14 de setembro a 21 de novembro: 3 documentos</b>				
21-11	LG	UR, OE		Nota explicativa praevia LG
<b>4º. PERÍODO: 14 de setembro a 08 de dezembro: 11 documentos</b>				
28-10		CD, PC, OT	GE, NAe	
18-11	DV	AA		
07-12	GS	AG, PO	DH	
08-12				Discurso de clausura de Paulo VI + 08 Mensagens ao mundo.
<b>TOTAL</b>	<b>04</b>	<b>09</b>	<b>03</b>	

Note-se que nenhum documento foi aprovado no primeiro período, apenas dois no segundo (SC e IM) e três no terceiro (LG, UR, OE). Todos os onze restantes o foram no quarto período (CD, PC, OT, GE, NAe, DV, AA, GS, AG, PO e DH). Incluímos em “outros”, para além dos documentos propriamente ditos, Constituições (4), Decretos (9) e Declarações (3), a Mensagem ao Mundo da primeira sessão (20/10/1962); a controversa *Nota explicativa praevia* (16/11/1964) ao capítulo III da LG; as oito mensagens ao mundo, na clausura do Concílio (08-12-1965); o discurso de abertura de João XXIII (GME, 11-10-1962) e o de encerramento de Paulo VI: o primeiro por dar rumo e sentido aos trabalhos

conciliares e o segundo por oferecer uma abalizada interpretação da tarefa realizada e aviar a sempre complexa recepção do espírito do Concílio e de suas resoluções.

### Referências (consultadas e sugestões)

- ALBERIGO, G. (org.), *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.
- \_\_\_\_\_. (ed.), *Storia del Concilio Vaticano II (1959-1965)* 5 vols. Bologna: Il Mulino/Louvain: Peeters 1995-2005. (Versão brasileira com dois volumes publicados: ALBERIGO, G. e BEOZZO, J. O. *História do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1995 e 1999).
- \_\_\_\_\_. (a cura de), *Conciliarum Oecumenicorum Decreta*. Istituto per le Scienze Religiose. Edizione bilíngue. Bologna, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Angelo José Roncalli, João XXIII*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Breve história do Concílio Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2006.
- \_\_\_\_\_.; MELLONI, A. Edizione critica e comentata della *Gaudet Mater Ecclesia*, in *Fede, Tradizione e Profezia*; ALBERIGO, G. e MELLONI, A. *Verso il concilio Vaticano II (1960-1962). Passaggi e problemi della preparazione conciliare*. Genova, 1993.
- \_\_\_\_\_. Giovanni XXIII e il Vaticano II. In: ALBERIGO, G. *Transizione epocale*. Studi sul Concilio Vaticano II. Bologna: Il Mulino, p. 95-134, 2009.
- \_\_\_\_\_. Una cum patribus. La formula conclusiva delle decisioni del Vaticano II. In: *Transizione epocale – Studi sul Vaticano II*. Bologna: Il Mulino, p. 271-306, 2009.
- \_\_\_\_\_. Dossetti al Concilio Vaticano II. In: ALBERIGO, G. *Transizione epocale*. Studi sul Concilio Vaticano II. Bologna: Il Mulino, p. 393-502, 2009.
- BARAUNA, G. *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965.
- \_\_\_\_\_. *A Igreja no mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 1967.
- BEA, A. *La Chiesa e il Popolo Ebraico*. Brescia, 1966.
- BEOZZO, J. O. *A Igreja Latino-americana às vésperas do Concílio – História do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo: Paulinas-Educam, 2005.
- \_\_\_\_\_. Dom Helder Camara e o Concílio Vaticano II. In: Borges, C. J. Borges, S.J. e Pearson, M. N. (coord.), *Metahistória – História questionando História: Homenagem ao Prof. Teotônio de Souza*. Lisboa: Nova Vega, p. 417-431, 2007.
- \_\_\_\_\_. Intervenções episcopais desaparecidas dos *Acta Synodalia* do Vaticano II: A Ordenação Presbiteral de Homens Casados e o Celibato Eclesiástico. In: *CrSt - Cristianesimo nella storia. 1962-2012: la storia dopo la Storia? Contributi e prospettive degli studi sul Vaticano II dieci anni dopo la Storia del concilio*, introduzione al «Cristianesimo nella storia», 34 (2013)/1 (a cura di SCATENA, Silvia); 41-56;
- BUONASORTE, N. *Araldo del Vangelo. Studi sull'episcopato e sull'archivio di Giacomo Lercaro a Bologna 1952-1978*. Bologna: Il Mulino, s/data;
- BURIGANA R. *La Bibbia nel concilio. La redazione della costituzione “Dei Verbum” del Vaticano II*. Bologna: Il Mulino, 1998.
- CALDEIRA, R. C. *Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*. Curitiba: Editora CRV, 2011.

- CÂMARA, H. *Circulares conciliares*. Vol. I, Tomos 3. (ed. Luiz Carlos Marques e Roberto de Araújo Faria). Recife: IDHeC e CEPE, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Circulares Interconciliares*. Vol. II, tomos 3. Recife: IDHeC e CEPE, 2009.
- CAPRILE, G. *Die Chronik des Konzils, in Lexikon für Theologie und Kirche (LTK)*. Das Zweite Vatikanische Konzil. Dokumente und Kommentare. Teil III. Freiburg-Basel-Wien: Herder, p. 624-664, p. 1968.
- DOMÉZI, M. C. *O Concílio Vaticano II e os pobres*. São Paulo: Paulus, 2014.
- DORIA, P. Le Uditrici del Vaticano II, nell'Archivio e negli Acta. In: PERRONI, M. MELLONI, A. NOCETTI, S. (eds.), "*Tantum aurora est*". *Donne e Concilio Vaticano II*. Christianity and History. FSCIRE, vol. 12. Wien: Lit Verlag, p. 33-65, 2012.
- FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium – Documentos do Magistério*. São Paulo: Paulus-Loyola, 2013.
- GROOTAERS, J.; JANS, J. *La régulation des naissances à Vatican II: une semaine de crise*. Leuven: Peeters, 2002.
- GROOTAERS, J. *Actes et Acteurs à Vatican II*. Leuven: Leuven University Press, 1998.
- HEBLLLETHWAITE, P. From Jerusalem to Rome. In: *Paul VI. The first modern Pope*. London: Harper Collins - Religious, p. 370-383, p. 1993.
- JOÃO XXIII. *Allocutio Diei Pentecostes Anno MCMLIX*. Doc. XVI In: *Acta Summi Pontificis Johannis XXIII*. In: *Acta et Documenta Concilio Oecumenico Vaticano II Apparando*. Series I (Antepreparatoria). Vol I. Romae: Typys Polyglottis Vaticanis, p. 24-26, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Discurso aos membros das Comissões Preparatórias do Concílio*. Roma, p. 62-63, 1960.
- KLOPPENBURG, B. *Concílio Vaticano II*. Vol. I: Documentário pré-conciliar. Petrópolis: Vozes, 1962; vol. II, 1963; vol. III, 1964; vol. IV, 1965; vol. V, 1966.
- MARTANO, V. *Athenagoras, il Patriarca (1886-1972)*. Un cristiano fra crisi della coabitazione e utopia ecuménica. Bologna: Il Mulino, 1996; MENOZZI, D. L'anti-concilio (1966-1984). In: ALBERIGO, G. e JOSSUA, J. P. *Il Concilio Vaticano II e la Chiesa*. Brescia: Paideia Editric, p. 433-464, 1985.
- MELONI A. L'inizio del secondo período e l grande dibattito eclesiológico, In: ALBERIGO, *Storia del Concilio Vaticano II*. Vol. III, Il Concilio adulto: settembre 1963 – settembre 1964. Leuven, Peeters & Bologna: Il Mulino, p. 19-131, 1998.
- PERRONI, M., MELLONI, A., NOCETTI, S. (Eds), "*Tantum aurora est*". *Donne e Concilio Vaticano II*. Christianity and History. FSCIRE, vol. 12. Wien: Lit Verlag, 2012.
- MOUALLEM, K. P., *A Igreja Greco-Melquita no Concílio*. *Discursos e notas do Patriarca Máximo IV e dos prelados de sua Igreja no Concílio Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 1992.
- PRIGNON, A. *Journal Conciliaire de la 4<sup>a</sup>. Session*. Ed. L. Declerck, A. Haquin. Louvain-la-Neuve. Publications de la Faculté de Théologie. 2003.
- RONCALI, A. G./Giovanni XXIII, *Il Giornale dell'Anima*. *Diari e scritti spirituali*. Edizione critica ed annotazione a cura di Alberto Melloni. Bologna: ISR, p. 763-764, 1987.
- RUOZZI, F. *Il Concilio in Diretta*. Il Vaticano II e la Televisione tra informazione e partecipazione. Bologna: Il Mulino, 2012.
- SCATENA, S. *La fática della libertà. L'elaborazione della dichiarazione "Dignitatis Humane" sulla libertà religiosa del Vaticano II*. Bologna: Il Mulino, 2003.
- SCHMIDT, S. *Agostino Bea, il cardinale dell'unità*. Roma, 1987.
- SOETENS, C. (ed.), *Vatican II et la Belgique*. Louvain-la-Neuve. Presses Universitaires de Louvain, 2012.

TURBANTI, G. *Un Concilio per il mondo moderno. La redazione della costituzione pastorale "Gaudium et Spes" del Vaticano II*. Bologna: Il Mulino, 2000.

\_\_\_\_\_. *Un Concilio per il mondo moderno: la redazione della costituzione Gaudium et Spes del Vaticano II*. Bologna: Il Mulino, 2000.

VALERIO, A. *Presença feminina no Vaticano II. As 23 mulheres do Concílio*. São Paulo: Paulinas, 2014.

VELATI. *Una difficile transizione. Il cattolicesimo tra unionismo e ecumenismo (1952-1964)*. Bologna: Il Mulino, 1996.